EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

129 Anos
Patrimônio da Paraíba

SPIC BRASIL

Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A.

CNPJ/MF 07.869.893/0001-55

www.spicbrasil.com.br

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

Balanços Patrimoniais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		**70.560**	**65.183**
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.384	43.204
Consumidores e concessionárias	5	10.265	12.907
Impostos a recuperar	6	5.624	7.066
Outros ativos circulantes		2.287	2.006
Não circulante		**111.651**	**120.410**
Impostos a recuperar	6	–	186
Depósitos judiciais e cauções	7	7.550	7.062
Impostos diferidos	17	8.565	6.697
Direito de uso	9	10.923	10.045
Imobilizado	10	80.853	92.010
Intangível	11	3.760	4.410
Total dos ativos		**182.211**	**185.593**

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante		**41.855**	**38.547**
Fornecedores		2.313	2.148
Empréstimos e financiamentos	12	19.354	18.645
Arrendamentos	13	1.200	911
Impostos a recolher	14	1.115	3.117
Dividendos e JSCP	8	17.873	13.726
Não circulante		**28.418**	**45.406**
Empréstimos e financiamentos	12	10.233	28.845
Arrendamentos	13	10.588	9.726
Provisão para descomissionamento	16	6.947	6.203
Partes relacionadas	8	650	632
Patrimônio Líquido		**111.938**	**101.640**
Capital social	18	93.276	93.276
Reservas de lucro		18.662	8.364
Total dos passivos e patrimônio líquido		**182.211**	**185.593**

Demonstração do Resultado

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	53.987	47.611
Custo de operação	21	(26.607)	(25.241)
Lucro bruto		**27.380**	**22.370**
Administrativas e gerais	21	(7.151)	(5.602)
Lucro antes do resultado financeiro		**20.229**	**16.768**
Resultado financeiro líquido	22		
Receitas financeiras		1.543	1.145
Despesas financeiras		(4.499)	(6.096)
Variação monetária		(1.304)	178
		(4.260)	**(4.773)**
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social		**15.969**	**11.995**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.661)	(1.418)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.868	2.398
Lucro líquido do exercício		**15.176**	**12.975**
Lucro por ação	19		
Quantidade de ações no final do exercício		93.275.607	93.275.607
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,1627	0,1391

Demonstração do Resultado Abrangente

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	15.176	12.975
Resultado abrangente total do exercício	15.176	12.975

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas	Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**93.276**	**1.385**	**(1.620)**	**93.041**
Juros sobre o capital próprio	–	–	(4.376)	(4.376)
Lucro líquido do exercício	–	–	12.975	12.975
Destinação do resultado do exercício				
Constituição de reserva legal	–	568	(568)	–
Destinação para reserva de lucros	–	4.242	(4.242)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	2.169	(2.169)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**93.276**	**8.364**	**–**	**101.640**
Juros sobre o capital próprio	–	–	(4.878)	(4.878)
Lucro líquido do exercício	–	–	15.176	15.176
Destinação do resultado do exercício				
Constituição de reserva legal	–	759	(759)	–
Destinação para reserva de lucros	–	6.562	(6.562)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	2.977	(2.977)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.276**	**18.662**	**–**	**111.938**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	15.969	11.995
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	14.289	14.064
Amortização de juros capitalizados	99	135
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre financiamentos	2.846	4.195
Arrendamentos e aluguéis - AVP	879	784
Provisão para descomissionamento	744	1.073
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(215)	(128)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(39)	–
	34.572	32.118
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	2.643	1.072
Impostos e contribuições sociais compensáveis	1.668	(405)
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	(1.029)	(1.029)
Estoques	–	(46)
Cauções e depósitos vinculados	(273)	74
Outros ativos operacionais	(281)	(153)
	2.728	(487)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	166	1.826
Impostos e contribuições sociais	(3.126)	415
Partes relacionadas	18	168
	(2.942)	2.409
Caixa proveniente das atividades operacionais	**34.358**	**34.040**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.270)	(848)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**32.088**	**28.922**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(237)	(360)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(237)**	**(360)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização do principal de financiamentos	(17.958)	(16.659)
Pagamentos de encargos de dívidas	(2.890)	(4.270)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	(1.823)	(1.498)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	**(22.671)**	**(22.427)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**9.180**	**10.405**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52.384	43.204
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.204	32.799
	9.180	**10.405**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em fevereiro de 2006, com sede em Mataraca, no Estado da Paraíba, sendo que suas atividades operacionais foram iniciadas em 14 de janeiro de 2009. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e indiretamente controlada pela SPIC Brasil Energia Participações S.A.. O registro na ANEEL se deu através das Resoluções Autorizativas demonstradas no quadro abaixo. O prazo de duração da autorização é de 25 anos. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, cuja capacidade instalada atual é de 48 MW, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação, a montagem e a comercialização de energia, com o objetivo de atender o disposto nos contratos de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA, relacionados a seguir:

Contrato PROINFA	Resolução autorizativa ANEEL	Despacho ampliação cap. inst. ANEEL	Empreendimento	Energia contratada
024/2004	96/2004	1.853/2009	UEE Albatroz	4,8 MW
025/2004	104/2004	1.861/2009	UEE Coelhos II	4,8 MW
026/2004	95/2004	1.854/2009	UEE Camurim	4,8 MW
027/2004	105/2004	1.858/2009	UEE Coelhos IV	4,8 MW
028/2004	94/2004	1.856/2009	UEE Presidente	4,8 MW
029/2004	98/2004	1.859/2009	UEE Coelhos III	4,8 MW
030/2004	99/2004	1.852/2009	UEE Atlântica	4,8 MW
031/2004	106/2004	1.857/2009	UEE Mataraca	4,8 MW
032/2004	97/2004	1.861/2009	UEE Coelhos I	4,8 MW
033/2004	100/2004	1.855/2009	UEE Caravela	4,8 MW
Total				**48 MW**

Esses contratos foram homologados pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, e firmados com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. por um prazo de 20 anos a partir de 19 de junho de 2009. A Administração confirma as expectativas e entende que a manutenção dos contratos do PROINFA possibilitará o pagamento dos encargos do financiamento e outras despesas, pois a atividade operacional da Companhia continuará gerando caixa. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 17 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido à incerteza inerente à determinação dessas premissas e estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. Os dados quantitativos, tais como volume e capacidade instalada, não foram objeto de auditoria dos auditores independentes. Uso de estimativa e julgamento: Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 17); Avaliação da vida útil do Direito de uso, do Imobilizado e do Intangível (Notas 9, 10 e 11); Provisões para descomissionamento (Nota 16); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23). Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19): Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio. O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras: a) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19: A Companhia avaliou a posição do contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeira atual dos credores. b) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis. c) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores: A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos. d) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas - covenants: A Companhia avaliou os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2021 atendeu adequadamente as obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento. Ainda, a Companhia avaliou os seus índices de liquidez. Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. **3. Políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Referem-se à venda de energia, conforme contratos de compra e venda de energia mencionados na Nota Explicativa nº 5. Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos. **3.3. Imobilizado:** Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois, o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	10 a 20 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros ativos	20 anos

Um item de imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos. **3.5. Ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento da planta de geração de energia eólica registrados ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia eólica é de 20 anos. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisões para descomissionamento: Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Essa provisão é constituída nas usinas de energia eólica para cumprir com as responsabilidades relativas à reposição dos terrenos, devido à existência de um contrato de arrendamento que determina que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições iniciais. **3.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas. **3.8. Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo). Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. **3.10. Instrumentos financeiros:** *Classificação e mensuração:* O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. *Redução ao valor recuperável:* O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos:* O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **3.11. Arrendamento:** O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Direito de uso (nota 9) e Arrendamentos (nota 13).

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	7.639	2.918
Aplicações financeiras de curto prazo	44.745	40.286
	52.384	**43.204**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados, em média, a taxas 94% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes:

Circulante	Corrente a Vencer: Até 60 dias	Corrente a Vencer: Mais de 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2021	Saldo líquido em 31/12/2020
Suprimento de energia elétrica	8.082	2.183	10.265	12.907
Total Circulante	**8.082**	**2.183**	**10.265**	**12.907**

Os valores referem-se ao contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 024/2004 a 033/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a Eletrobrás. Não há saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Impostos a recuperar:

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	59	1.103
Impostos a compensar (IRPJ e CSLL)	4.998	4.294
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	73	1.299
Impostos e tributos a compensar (outros)	494	556
	5.624	**7.252**
Ativo circulante	5.624	7.066
Ativo não circulante	–	186
	5.624	**7.252**

Os valores a recuperar de impostos têm sua origem principalmente nas retenções na fonte quando da emissão de notas fiscais de venda de energia. Os créditos de PIS/COFINS são oriundos de aquisição do imobilizado.

7. Depósitos judiciais e cauções vinculados:

	Não Circulante 31/12/2021	Não Circulante 31/12/2020
Depósitos judiciais	247	71
Santander - conta reserva	7.303	6.991
Total	**7.550**	**7.062**

O depósito em conta reserva refere-se integralmente à aplicação no Fundo Santander Cash Green (Antigo Fundo Western Asset Soberano em 2017), e será mantido pela Companhia até a data do vencimento do empréstimo em junho de 2023, firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12. **8. Transações com partes relacionadas:**

	Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Balanço patrimonial			
Passivo			
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	JSCP	17.873	13.726
Pacific Hydro Energia do Brasil (b)	Custos compartilhados	650	632
Total passivo		18.523	14.358
Resultado do exercício			
Pacific Hydro Energia do Brasil (b)	Custos compartilhados	(7.151)	(5.602)
Total do Resultado		(7.151)	(5.602)

(a) Distribuição de lucros por meio de juros sobre capital próprio para a controladora direta Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (b) Referem-se a reembolso de despesas de viagem, hospedagem e com mão de obra especializada de técnicos e representantes referentes a serviços prestados. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 21. Durante o ano de 2021, a remuneração da Administração foi de R$827 (R$706 em 2020). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2021 e 2020.

9. Direito de uso: Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Notas 3.11 e 13). O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica: • Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos da Companhia. a. Composição do ativo de direito de uso:

31/12/2021	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	9,32%	14.063	(3.140)	10.923
		14.063	(3.140)	10.923
Total direito de uso		**14.063**	**(3.140)**	**10.923**

31/12/2020	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	9,32%	11.969	(1.924)	10.045
		11.969	(1.924)	10.045
Total direito de uso		**11.969**	**(1.924)**	**10.045**

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

	Valor líquido em 31/12/2020	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	10.045	2.094	(1.216)	10.923
Total Ativos de direito de uso	**10.045**	**2.094**	**(1.216)**	**10.923**

	Valor líquido em 31/12/2019	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	9.136	1.894	(985)	10.045
Total Ativos de direito de uso	**9.136**	**1.894**	**(985)**	**10.045**

10. Imobilizado: a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	2021: Taxas anuais médias de depreciação %	2021: Custo histórico	2021: Depreciação acumulada	2021: Valor líquido	2020: Taxas anuais médias de depreciação %	2020: Custo histórico	2020: Depreciação acumulada	2020: Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,39%	19.309	(13.079)	6.230	5,39%	19.159	(12.022)	7.137
Máquinas e equipamentos	6,23%	213.152	(141.684)	71.468	6,23%	211.962	(130.709)	81.253
Veículos	20,00%	107	(107)	–	20,00%	107	(106)	1
Móveis e utensílios	10,53%	4	(3)	1	10,53%	4	(2)	2
Descomissionamento	9,09%	4.466	(1.553)	2.913	9,09%	4.466	(1.165)	3.301
		237.038	**(156.426)**	**80.612**		**235.698**	**(144.004)**	**91.694**
Total do imobilizado em serviço		**237.038**	**(156.426)**	**80.612**		**235.698**	**(144.004)**	**91.694**
Imobilizado em curso								
Atividades não vinculadas à concessão		241	–	241		316	–	316
Total do imobilizado em curso		**241**	**–**	**241**		**316**	**–**	**316**
Total do Imobilizado		**237.279**	**(156.426)**	**80.853**		**236.014**	**(144.004)**	**92.010**

b. Movimentação do Imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.137	–	–	(1.056)	149	6.230
Máquinas e equipamentos	81.253	215	96	(10.976)	880	71.468
Veículos	1	–	–	(1)	–	–
Móveis e utensílios	2	–	–	(1)	–	1
Descomissionamento	3.301	–	–	(388)	–	2.913
Total do imobilizado em serviço	**91.694**	**215**	**96**	**(12.422)**	**1.029**	**80.612**
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	316	21	(96)	–	–	241
Total do imobilizado em curso	**316**	**21**	**(96)**	**–**	**–**	**241**
Total do imobilizado	**92.010**	**236**	**–**	**(12.422)**	**1.029**	**80.853**

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Depreciações	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.047	–	(1.059)	149	7.137
Máquinas e equipamentos	91.319	44	(10.960)	880	81.253
Veículos	22	–	(21)	–	1
Móveis e utensílios	2	–	–	–	2
Descomissionamento	3.689	–	(388)	–	3.301
Total do imobilizado em serviço	**103.079**	**44**	**(12.428)**	**1.029**	**91.694**
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	–	316	–	–	316
Total do imobilizado em curso	–	316	–	–	316
Total do imobilizado	**103.079**	**360**	**(12.428)**	**1.029**	**92.010**

11. Intangível: a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	2021: Custo histórico	2021: Amortização acumulada	2021: Valor líquido	2020: Custo histórico	2020: Amortização acumulada	2020: Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.023)	571	1.594	(943)	651
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(4.851)	2.709	7.560	(4.473)	3.087
Software	20,00%	1.044	(564)	480	1.044	(372)	672
Total intangível		**10.198**	**(6.438)**	**3.760**	**10.198**	**(5.788)**	**4.410**

b. Movimentação do intangível:

	Valor líquido em 31/12/2020	Amortização	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em serviço			
Pesquisa e Desenvolvimento	651	(80)	571
Gastos pré-operacionais	3.087	(378)	2.709
Software	672	(192)	480
	4.410	**(650)**	**3.760**

	Valor líquido em 31/12/2019	Amortização	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível em serviço			
Pesquisa e Desenvolvimento	731	(80)	651
Gastos pré-operacionais	3.465	(378)	3.087
Software	865	(193)	672
	5.061	**(651)**	**4.410**

Foram reconhecidos pela Companhia como ativos intangíveis os gastos nos montantes acima, relativos à desenvolvimento da planta de geração de energia eólica. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de autorização da ANEEL para a geração de energia eólica.

12. Empréstimos e financiamentos: a. Composição dos empréstimos e financiamentos:

Moeda nacional	31/12/2021: Encargos Circulante	31/12/2021: Principal Circulante	31/12/2021: Principal Não Circulante	31/12/2021: Total	31/12/2020: Encargos Circulante	31/12/2020: Principal Circulante	31/12/2020: Principal Não Circulante	31/12/2020: Total
BNDES	97	19.257	10.233	29.587	142	18.503	28.845	47.490
Total de dívidas	**97**	**19.257**	**10.233**	**29.587**	**142**	**18.503**	**28.845**	**47.490**

Contrato de financiamento, em moeda local, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorrido em 10 de dezembro de 2008 no valor de R$ 162.097, a uma taxa de TJLP + 2.87% a.a., com vencimento previsto em 15 de junho de 2023. b. A movimentação dos empréstimos, financiamentos é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2021
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	18.603	(17.957)	–	18.668	–	19.314
Juros	142	(2.891)	2.846	–	–	97
Custo de transação	(100)	–	–	(56)	99	(57)
	18.645	**(20.848)**	**2.846**	**18.612**	**99**	**19.354**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	28.908	–	–	(18.668)	–	10.240
Custo de transação	(63)	–	–	56	–	(7)
	28.845	**–**	**–**	**(18.612)**	**–**	**10.233**

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	17.691	(16.659)	–	17.571	–	18.603
Juros	217	(4.270)	4.195	–	–	142
Custo de transação	(136)	–	–	(99)	135	(100)
	17.772	**(20.929)**	**4.195**	**17.472**	**135**	**18.645**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	46.479	–	–	(17.571)	–	28.908
Custo de transação	(162)	–	–	99	–	(63)
	46.317	**–**	**–**	**(17.472)**	**–**	**28.845**

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Nacional	Total
Circulante		
2022	19.354	19.354
	19.354	**19.354**
Não Circulante		
2023	10.233	10.233
	10.233	10.233
Total	**29.587**	**29.587**

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes: • Penhor de 100% do capital social da Companhia, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento; • Penhor de 100% das receitas auferidas, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento; • Penhor das máquinas e equipamentos no valor mínimo de R$206.459; • Não constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima; • Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento; • Manter em conta-reserva o equivalente a três meses do serviço da dívida projetado (Vide Nota Explicativa nº 7); • Qualquer aumento do capital social será empenhado em favor do BNDES; • Creditar e liquidar financeiramente dividendos ou juros sobre o capital próprio apenas a partir de 2013, exercício de 2012, se existir comprovação de: • Geração mínima de energia de 100.600 MWh nos últimos 12 meses anteriores à pretendida distribuição de recursos; • Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,0; • Índice de cobertura do serviço da dívida com caixa acumulado, de no mínimo 1,30 (somente os valores excedentes a este indicador poderão ser distribuídos).

continua →☆

continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

O índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD:

	2021	2020
a) Geração de caixa da atividade		
(+) EBITDA	34.617	32.291
(–) Imposto de renda	211	1.320
(–) Contribuição social	(1.004)	(341)
(+/–) Variação de Capital de Giro	(6.402)	(3.442)
	27.422	29.828
b) Serviço da Dívida		
(+) Amortização de Principal	17.957	16.659
(+) Pagamento de Juros	2.891	4.270
	20.848	20.929
c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (a) / (b)	**1,315**	**1,425**
a) Saldo de caixa	**2021**	**2020**
Caixa líquido ao final do ano referência (disponibilidades do ativo circulante)	52.384	43.204
b) Geração de caixa da atividade		
(+) EBITDA	34.617	32.291
(–) Imposto de renda	211	1.320
(–) Contribuição social	(1.004)	(341)
(+/–) Variação de Capital de Giro	(6.402)	(3.442)
(–) Investimentos realizados	(21)	(316)
(+/–) (resgates) Aportes das contas de reservas	312	111
	27.713	29.623
c) Serviço da Dívida		
(+) Amortização de Principal	17.957	16.659
(+) Pagamento de Juros	2.891	4.270
	20.848	20.929
d) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida no Ano Referência = (a + b) / c	**3,84**	**3,48**

(1) EBITDA = Lucro líquido (+/–) Resultado financeiro líquido (+/–) Provisão para IR/CS (+) Depreciações e amortizações (+/–) outras receitas e despesas não operacionais. (2) Variação de Capital de Giro = (Ativo circulante (–) Disponibilidade) - (Passivo circulante (–) Empréstimos). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

13. Arrendamentos: A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa nº 9 e demonstrado abaixo:

	31/12/2020	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2021
Arrendamentos de terra	14.825	2.830	–	(1.822)	15.833
(–) Ajuste a valor presente	(4.188)	(736)	879	–	(4.045)
Total	**10.637**	**2.094**	**879**	**(1.822)**	**11.788**
Circulante	911				1.200
Não Circulante	9.726				10.588
Total	**10.637**				**11.788**

	31/12/2019	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2020
Arrendamentos de terra	13.668	2.655	–	(1.498)	14.825
(–) Ajuste a valor presente	(4.212)	(760)	784	–	(4.188)
Total	**9.456**	**1.895**	**784**	**(1.498)**	**10.637**
Circulante	691				911
Não Circulante	8.765				9.726
Total	**9.456**				**10.637**

14. Impostos a recolher:	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recolher	45	15
COFINS a recolher	210	70
IRPJ corrente a recolher	–	1.599
CSLL corrente a recolher	–	1.119
Outros tributos	860	314
	1.115	**3.117**

15. Provisões para contingências:

15.1 Risco possível:	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	263	–
	263	**–**

Ação anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231: Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela Vale dos Ventos contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. Atualmente, por força de depósito em garantia realizado nos autos, o valor exigido está suspenso até o julgamento da causa. O processo encontra-se em fase de instrução. O passivo envolvido para a Companhia é de R$ 263. **16. Provisão para descomissionamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento. O saldo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$6.947 (R$6.203 em 2020), refere-se à provisão para descomissionamento do parque eólico em contrapartida ao Imobilizado (Nota 10). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota 13). O cálculo do valor da provisão para descomissionamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação. **17. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis.

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	6.298	4.924
CSLL	2.267	1.773
	8.565	**6.697**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	31/12/	31/12/	31/12/	31/12/		
Natureza dos cálculos	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Prejuízos fiscais	21.905	23.690	–	–	(1.785)	(1.547)
Base negativa da contribuição social	7.886	8.528	–	–	(642)	(557)
	29.791	32.218	–	–	(2.427)	(2.104)
Diferenças temporárias						
Adições temporárias	1.418	940	22.644	26.461	4.295	4.502
Total diferenças temporárias	1.418	940	22.644	26.461	4.295	4.502
Total bruto	**31.209**	**33.158**	**22.644**	**26.461**	**1.868**	**2.398**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(22.644)	(26.461)	(22.644)	(26.461)		
Total	**8.565**	**6.697**	–	–		

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários nos seguintes exercícios:

	2021
Créditos tributários	
2022	2.928
2023	3.401
2024	3.828
2025	4.013
2026 - 2029	15.621
Total	**29.791**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	IRPJ/CSLL	
	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	15.969	11.995
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(5.430)	(4.078)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
JSCP	1.659	1.488
Adições permanentes	(24)	(2)
Doações	–	(28)
Adições temporárias	(4.202)	(4.302)
CPC 06 - arrendamento	(92)	(92)
Compensação de prejuízo fiscais	2.427	2.104
Outros		
Incentivos fiscais		
Lucro da exploração	2.977	2.169
Adicional (10%)	24	24
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	–	1.299
Despesa de IRPJ e CSLL	**(2.661)**	**(1.418)**
Alíquota efetiva	16,66%	11,82%

18. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R$93.276, representados por 93.275.607 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2021, a Companhia a destinação dos lucros são apresentadas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	15.176	12.975
Lucros (Prejuízos) acumulados	–	(1.620)
Lucro líquido ajustado	15.176	11.355
Constituição da reserva legal - 5%	(759)	(568)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(2.977)	(2.169)
Dividendos intermediários - JSCP	(4.878)	(4.376)
	6.562	4.242
Destinação do lucro:		
Reserva de lucros (b)	6.562	4.242
	6.562	4.242

a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração.

b) Refere-se a retenção de reserva para futura distribuição aos acionistas conforme AGO aprovada. **19. Resultado por ação:** O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	15.176	12.975
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	93.276	93.276
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R$)	0,1627	0,1391
20. Receita operacional líquida:	**2021**	**2020**
Suprimento mercado livre	59.490	52.464
Receita operacional bruta	**59.490**	**52.464**
(–) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(5.503)	(4.853)
Total deduções da receita operacional	**(5.503)**	**(4.853)**
Receita operacional líquida	**53.987**	**47.611**

21. Nota de gastos:

	2021			2020		
	De operação	Gerais e administrativa	Total	De operação	Gerais e administrativa	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.710	–	3.710	3.661	–	3.661
Pessoal e Administradores (a)	–	4.129	4.129	–	3.875	3.875
Material	125	–	125	133	–	133
Serviços de terceiros	8.434	–	8.434	7.766	–	7.766
Depreciação	12.423	–	12.423	12.428	–	12.428
Amortização	1.866	–	1.866	1.636	–	1.636
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	71	–	71	–	–	–
Outras (b)	(22)	3.022	3.000	(383)	1.727	1.344
Total	**26.607**	**7.151**	**33.758**	**25.241**	**5.602**	**30.843**

a) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de Pessoal entre a Companhia e sua Controladora. b) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de Serviços, materiais e outros custos entre a Companhia e sua Controladora.

22. Resultado financeiro:	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	1.563	1.134
Descontos Obtidos	57	57
(–) Tributos sobre Receitas financeiras	(77)	(46)
Receitas financeiras total	**1.543**	**1.145**
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(2.846)	(4.195)
AVP - Ajuste a valor presente	(879)	(784)
Provisão para descomissionamento	(744)	(1.073)
Outras despesas financeiras	(30)	(44)
Despesas financeiras total	**(4.499)**	**(6.096)**
Variação monetária		
Variação monetária	(1.304)	178
Total variação monetária	**(1.304)**	**178**
Total resultado financeiro	**(4.260)**	**(4.773)**

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima era de R$10.265 (R$12.907 em 2020) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificada históricos de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo com índice atrelado à TJLP. *Análise de sensibilidade dos passivos financeiros:* Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2021, foram definidos cinco cenários diferentes e com base nos valores da TJLP em 2021, foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%, para mais e para menos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

	Saldo em 31/12/		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Operação	**2021**	**Taxa**	**(-0,5)**	**(-0,25)**	**(provável)**	**(+0,25)**	**(+0,5)**
Financiamento BNDES	29.587	TJLP ou i	1.810	1.867	1.920	1.978	2.033
Taxa sujeita a variação	8,87%						

c) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas para Companhia. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.313	–	–	–	2.313	2.148
Empréstimos e financiamentos	4.839	14.516	10.233	–	29.587	47.490
Partes relacionadas	–	–	650	–	650	632
Arrendamentos e aluguéis	291	909	7.744	2.844	11.788	10.637
Total	**7.443**	**15.425**	**18.627**	**2.844**	**44.338**	**60.907**

e) Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2021		31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	52.384	52.384	43.204	43.204	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	10.265	10.265	12.907	12.907	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	2.287	2.287	2.006	2.006	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	7.550	7.550	7.062	7.062	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	29.587	29.587	47.490	47.490	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	11.788	11.788	10.637	10.637	Custo amortizado
Partes relacionadas	650	650	632	632	Custo amortizado
Fornecedores	2.313	2.313	2.148	2.148	Custo amortizado

f) Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, nos valores de R$52.384 em 31 de dezembro de 2021 (R$43.204 em 2020). Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

24. Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seguros para responsabilidade civil no montante de R$30.000 e D&O no montante e R$20.000 ambos com período de vigência de 30/11/2021 a 30/11/2022, riscos operacionais no montante de R$358.075 e lucros cessantes no montante de R$100.300, ambos com período de vigência de 30/11/2021 a 30/11/2022. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral

Paulo Dutra - Diretor Financeiro

Contadora

Valéria Lopes de Souza - CRC-1SP145065/O-9 S-PB

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas: **Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretora e da governança pelas Demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. - EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. - EPC:09366790000106
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PB, l=Joao Pessoa, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=20937130000162, ou=Presencial, ou=Certificado PJ A1, cn=EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. - EPC:09366790000106
Dados: 2022.04.13 19:03:41 -03'00'